



PAUTA DE REIVINDICAÇÕES DO FÓRUM BAIANO DA AGRICULTURA FAMILIAR 2011

O Fórum Baiano da Agricultura Familiar (FBAF) foi criado em 2006 e, desde então, buscou ampliar e qualificar o diálogo e a apresentação de demandas ao Governo do Estado da Bahia e Governo Federal. Integram o FBAF as principais organizações, entidades e movimentos sociais representativos da agricultura familiar e reforma agrária. Uma marca do FBAF tem sido a busca pelo respeito à diversidade de representações existentes na Agricultura Familiar e Reforma Agrária e, ao longo dos anos, o Fórum ampliou a sua capacidade de representação, conseguindo concentrar esforços, construir convergências e pautas.

O processo de desenvolvimento do Estado da Bahia, historicamente marcado pela implementação de políticas centralizadoras, limitadas e cheias de equívocos, gerou uma grande concentração do desenvolvimento, a quase ausência de serviços públicos, a monocultura crescente, a pobreza no campo e a falta de perspectivas. Nos dias atuais, podemos afirmar que a Agricultura Familiar, a Reforma Agrária e os pequenos municípios rurais (equivalente a 90% do total de municípios baianos) vem sendo preteridos em detrimento do capital, da grande propriedade, dos poucos grandes centros urbanos. A Bahia Rural é quase sempre esquecida nos investimentos públicos, nas preocupações governamentais e, também, na formação das estruturas de governo. O que se tem é um grande distanciamento entre o discurso e a prática.

A Bahia é diversa e, ao mesmo tempo, essencialmente rural. Por isso, o FBAF vem apresentando demandas e estimulando reflexões sobre quais rumos se deve tomar para a concepção, gestão e implementação de políticas que busquem fomentar um desenvolvimento rural sustentável. Neste sentido, ao longo dos anos, nossas pautas buscaram sempre a negociação e implementação de programas e projetos que possam resultar num efetivo fortalecimento da Agricultura Familiar e Reforma Agrária na Bahia, traduzido pela mudança concreta de vida das populações que moram no campo e nos pequenos municípios.

Entramos em um novo ciclo de Governo com a reeleição do Governador Jaques Wagner e a eleição da Presidente Dilma Rousseff. Neste contexto, temos uma conjuntura ainda mais

favorável ao avanço das políticas e efetividade dos resultados. São tempos de maiores responsabilidades e de consolidação de processos. Para que possamos avançar nos próximos anos continuamos a afirmar que é imprescindível realizar os ajustes necessários para a efetividade das políticas e do funcionamento das instâncias de governo. Sem isso, poderemos amargar mais um ciclo de insuficiências, desencontros, falta de liderança. Não bastam formulações de programas e implementação de ações soltas e distantes dos propósitos. Precisamos de mais vontade política, de estruturas de governo adequadas, liderança nas ações e, o mais importante, entusiasmo e compromisso pelo campo.

Nesta intenção, o Fórum Baiano da Agricultura Familiar apresenta com este documento uma pauta com demandas de curto e médio prazo, para as quais exige atenção e encaminhamentos concretos por parte do Governo do Estado e do Governo Federal:

1. Implantação imediata da Secretaria Estadual da Agricultura Familiar, com a ocupação dos cargos feito por lideranças e profissionais que conheçam e tenham efetivo compromisso com este segmento. A nossa proposição é que tenhamos uma estrutura governamental mais sólida, mais equipada, com orçamento mais denso e com condições de promover maior articulação, integração e centralidade das políticas nas instâncias de governo;
2. Funcionamento de um Grupo de Trabalho Permanente, vinculado à Governadoria, com capacidade deliberativa e integrado com representação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), para propor as medidas de aceleração, ajustes, monitoramento e execução dos programas voltados para a agricultura familiar e reforma agrária;
3. Fazer cumprir o reconhecimento dos Territórios de Identidade da Bahia como unidades de planejamento, fazendo com que todas as instâncias de governo apóiem e passem a estabelecer o diálogo com os Colegiados Territoriais no processo de implementação, gestão e monitoramento de suas políticas, fazendo coincidir a jurisdição das estruturas governamentais com os recortes territoriais, criando condições para o efetivo controle social das políticas direcionadas ao desenvolvimento sustentável;
4. Ajustar o orçamento 2011, do Governo do Estado da Bahia e do Ministério do Desenvolvimento Agrário, ampliando, assim os recursos disponíveis para os programas e projetos voltados para a agricultura familiar, reforma agrária e o desenvolvimento rural sustentável (Anexo I);

5. Tomada de decisão governamental para reestruturação imediata da EBDA e CDA, com uma gestão que apresente uma efetiva capacidade técnica e política suficiente para executar ações de fortalecimento da reforma agrária e da agricultura familiar, com interação com as organizações sociais. Por outro lado, demandamos ao Ministério do Desenvolvimento Agrário que fortaleça suas Secretarias Nacionais, além de sua representação no Estado da Bahia;
6. Garantia de Assistência Técnica, sem descontinuidade, para 100 mil famílias através das organizações sociais da agricultura familiar. Em caráter imediato, a liberação de R\$ 11,6 milhões para pagamento de parcelas dos projetos já conveniados;
7. Concepção e implementação imediata de um Programa Estadual de Agroindústria Familiar, com incentivos fiscais, adequação da legislação sanitária e de financiamento e incentivo ao cooperativismo. Para 2011, a implantação de 200 agroindústrias, atendendo as cadeias produtivas prioritárias nos Territórios Rurais (ovinocaprinocultura, apicultura, mandioca, fruticultura, leite, horticultura);
8. Universalização, em 04 anos, do acesso a água no Semi-árido baiano, com a ampliação da construção de cisternas e outras tecnologias de pequeno porte para oferta de água para pequena produção. Para efetivação desse processo, deverá ser ampliado a parceria do Governo do Estado com a Articulação no Semi-árido (ASA) na execução do Programa 1 Milhão de Cisternas e P1+2;
9. Criação da Política Estadual de Habitação Rural, com recursos do Governo do Estado, para a implementação de 10 mil unidades habitacionais por ano. Liberação, imediata, de R\$ 1,25 milhões referente a projetos reprimidos;
10. Implementação, pela Secretaria Estadual de Educação, de um novo e amplo modelo de educação para o campo, baseada no respeito à identidade do meio rural, tendo a educação contextualizada e a pedagogia da alternância como instrumentos de desenvolvimento das comunidades e dos municípios rurais. Em caráter imediato, o apoio financeiro de R\$ 1.635,00/ano/aluno para funcionamento das EFASs e regulamentação da Lei 11.552/08;
11. Criação de um Programa Juventude Rural, com a transversalidade de temas de educação, cultura, para inclusão de 30 mil jovens em ações de geração de emprego e renda no meio rural;

12. Criação de Programa específico para mulheres rurais destinado a apoiar grupos produtivos, beneficiando 10 mil mulheres em ações de geração de emprego e renda no meio rural;
13. Dotar comunidades rurais/assentamentos de infra-estrutura adequada para o bem-estar da população e facilitar o escoamento da produção agrícola, com a recuperação/implantação em 2011 de 50 mil Km e implantação de praças e quadras esportivas;
14. Fazer valer a Política Estadual de Terras, através da realização de ação discriminatória das terras públicas para fins de reforma agrária. Emissão de 30 mil novos títulos de terra em 2011. Assentamento de 4000 famílias através do Programa de Crédito Fundiário. Instalação imediata de uma comissão para elaboração de Novo Projeto de Lei de Terras da Bahia;
15. Fortalecer o processo de comercialização dos produtos da Agricultura Familiar, através da aquisição de produtos pela EBAL, compromisso da Secretaria Estadual de Educação de compra dos produtos com 60% dos recursos do PNAE e apoio a outros mecanismos de comercialização (PAA, feiras de economia solidária, centros de comercialização).

No processo de negociação das demandas apresentadas, o Fórum fará o detalhamento necessário dos pontos destacados neste documento.

O FBAF reafirma seu compromisso e luta por um Brasil Rural com gente e gente feliz!

Pela Coordenação Executiva do FBAF:

FETRAF Bahia

UNICAFES Bahia

Luta Camponesa

MLT

CET

Via do Trabalho

Pólo Sindical Sul

AECOFABA

ANEXO I
PROPOSTA DE INCREMENTO ORÇAMENTÁRIO

PROPOSIÇÕES	ÓRGÃO EXECUTOR	PROPOSTA FBAF	
		META	ORÇAMENTO (R\$)
Assistência Técnica (apoio a organizações não-governamentais)	SEAGRI/SUAF	100.000 famílias	35.000.000,00
Produção e Distribuição de Sementes e Mudanças	SEAGRI/SUAF	4.000 famílias	20.000.000,00
Construção de Cisternas de Placas para Consumo Humano e Produção	SEDES/ SEDIR/CAR/INGÁ	40.000 cisternas	55.000.000,00
Apoio a Implantação de Agroindústrias da Agricultura Familiar	SEAGRI/SUAF	200 agroindústrias	15.000.000,00
Apoio a Comercialização de Produtos da Agricultura Familiar	SEAGRI/SUAF/SEDIR/CAR	30.000 famílias	5.000.000,00
Implantação de Sistemas Simplificados de Abastecimento de Água	CERB/SEDIR/CAR	250 sistemas	12.000.000,00
Construção de Habitações Rurais (contra-partida) e Reforma de Habitações Rurais	SEDUR	10.000 casas	150.000.000,00
Garantia-Safra (contra-partida)	SEAGRI/SUAF	150.000 adesões	8.000.000,00
Apoio a Projetos Produtivos da Juventude Rural	SEAGRI/SUAF	30 mi jovens	84.000.000,00
Apoio a Projetos Produtivos de Mulheres	SEAGRI/SUAF	10 mil mulheres	30.000.000,00
Apoio a Projetos de Educação Contextualizada	SEC	26 projetos	4.000.000,00
Apoio ao Funcionamento de Escolas Família Agrícola	SEC	33 escolas	4.095.000,00
Regularização Fundiária	CDA	40.000 títulos	
Regularização Fundiária	CDA	30.000 propriedades	
Implantação do SUASA (Estadual e Territoriais)	ADAB	01 Estadual 26 Territoriais	
Apoio a organização e funcionamento dos Colegiados Territoriais	SEPLAN	26 Colegiados Territoriais	3.600.000,00